



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

## MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS - TCE/MT



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

INSTRUMENTO DE CIDADANIA

### **Getúlio Velasco Moreira Filho**

Procurador Geral Substituto de Contas (MPC/MT)  
Gestões 2011/2012 e 2013/2014



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

#### **Atividades Profissionais:**

- Técnico Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, em 2004;
- Escrevente Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, em 2004;
- Analista Processual do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, no período de 2004 e 2006;
- Advogado da União da Advocacia-Geral da União, no período de 2006 a 2009;

# MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS



O Ministério Público de Contas é um órgão permanente, essencial às funções da Administração Pública do Estado e Municípios de Mato Grosso, incumbindo-lhe a defesa, fiscalização e controle externo contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial do Estado de Mato Grosso, ou seja, possui atribuições específicas na área da fiscalização orçamentária e financeira.

# MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS



O **Ministério Público Contas**, portanto, fortalece o controle social da gestão pública, já que é um órgão que acompanha a regularidade do exercício do próprio Tribunal de Contas, defendendo a ordem jurídica, mediante a adoção de fiscalização da Administração e dos cofres públicos, sendo obrigatória a sua participação nos processos de prestação de contas dos agentes públicos, nos atos de admissão de pessoal, de concessões de aposentadoria, reformas e pensões, devendo ainda buscar a recomposição dos recursos públicos desfalcados.



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

# **COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONSTITUCIONAL DA CÂMARA MUNICIPAL**



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

## **COMO FOI REALIZADA A REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE OS ENTES DA FEDERAÇÃO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:**



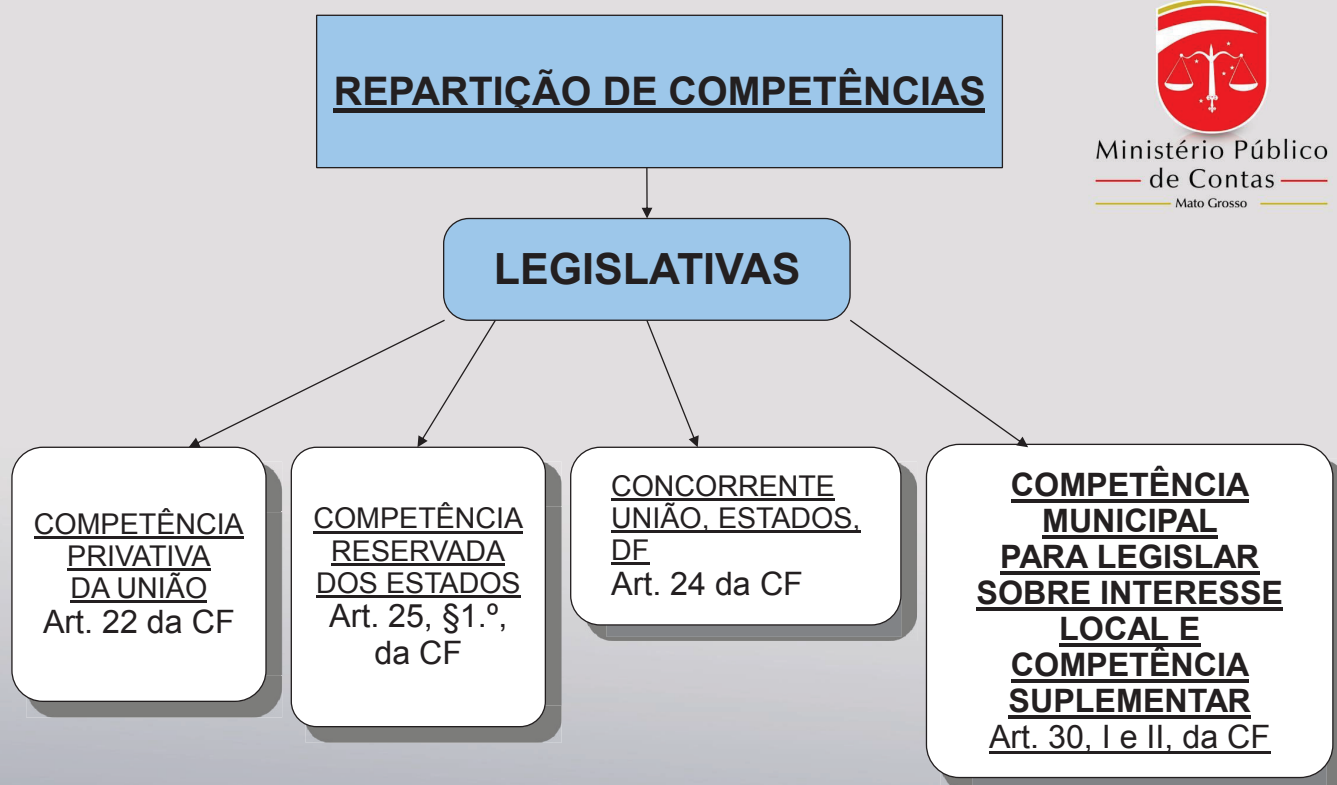
Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

Foi realizada pelo **PRINCÍPIO DA PREPONDERÂNCIA DO INTERESSE:**

- **UNIÃO** = Interesse geral (competência no território nacional);
- **ESTADOS-MEMBROS** = Interesse regional (competência regionalizada);
- **MUNICÍPIOS** = Interesse local (competência localizada);
- **DISTRITO FEDERAL** = Interesse duplo, vale dizer, regional e local (competência regionalizada e localizada).



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso



# DISPOSIÇÃO CONSTITUCIONAL DAS COMPETÊNCIAS:



A Constituição adotou a técnica de repartição de competência que enumera, expressamente, os poderes da União (arts. 21 e 22) e dos Municípios (art. 30), reserva aos Estados as competências que não são vedadas no texto constitucional – competência remanescente (art. 25, §1º) e atribui ao Distrito Federal competências dos Estados e dos Municípios – competência cumulativa (art. 32, §1º), com exceção do art. 22, inciso XVII. Além disso, estabelece competências comuns (art.23) e concorrentes (art.24).

## COMPETÊNCIA DA UNIÃO NA CONSTITUIÇÃO:



→ **Competência Administrativa ou Material:** art. 21 da CF;

→ **Competência Legislativa:** art. 22 da CF.

## COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DA UNIÃO:



*Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:*

***I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;***

***II - desapropriação;***

***III - requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra;***

***IV - águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;***

## COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DA UNIÃO:



***V - serviço postal;***

***VI - sistema monetário e de medidas, títulos e garantias dos metais;***

***VII - política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores;***

***VIII - comércio exterior e interestadual;***

## COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DA UNIÃO:



***IX - diretrizes da política nacional de transportes;***

***X - regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial;***

***XI - trânsito e transporte;***

***XII - jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia;***

## COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DA UNIÃO:



***XIII - nacionalidade, cidadania e naturalização;***

***XIV - populações indígenas;***

***XV - emigração e imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros;***

***XVI - organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões;***



## COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DA UNIÃO:



***XVII - organização judiciária, do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e da Defensoria Pública dos Territórios, bem como organização administrativa destes;***

***XVIII - sistema estatístico, sistema cartográfico e de geologia nacionais;***

***XIX - sistemas de poupança, captação e garantia da poupança popular;***

## COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DA UNIÃO:



***XX - sistemas de consórcios e sorteios;***

***XXI - normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares;***

***XXII - competência da polícia federal e das polícias rodoviária e ferroviária federais;***



## COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DA UNIÃO:



***XXIII - seguridade social;***

***XXIV - diretrizes e bases da educação nacional;***

***XXV - registros públicos;***

***XXVI - atividades nucleares de qualquer natureza;***

## COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DA UNIÃO:



***XXVII - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III;***

***XXVIII - defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e mobilização nacional;***

***XXIX - propaganda comercial.***

***Parágrafo único. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.***

## Julgados sobre o tema:



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

**ENERGIA NUCLEAR. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DA UNIÃO. ART. 22, XXVI, CF:** É inconstitucional norma estadual que dispõe sobre atividades relacionadas ao setor nuclear no âmbito regional, por **violação da competência da União para legislar sobre atividades nucleares**, na qual se inclui a competência para fiscalizar a execução dessas atividades e legislar sobre a referida fiscalização. (1575 SP, Min. JOAQUIM BARBOSA, Data de Julgamento: 07/04/2010, Tribunal Pleno)



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

**Invade a competência da União para legislar sobre direito civil** (art. 22, I da CF/88) a norma estadual que veda a cobrança de qualquer quantia ao usuário pela utilização de estacionamento em local privado. (730856 RJ, Relator: Min. MARCO AURÉLIO, 13/08/2012)

É inconstitucional a lei distrital ou estadual que comine **penalidades** a quem seja flagrado em estado de embriaguez na condução de veículo automotor. (art. 22, XI, CF) (3269 DF, Min. CEZAR PELUSO, 01/08/2011)

# COMPETÊNCIA DOS ESTADOS NA CONSTITUIÇÃO:



→ **Competência residual ou remanescente:** art. 25, parágrafo único, da CF.

A 'residualidade' indica que não havendo atribuição expressa da União ou não se tratando de interesse local, a competência será dos Estados-membros.



***Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.***

***§ 1º - São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição. (COMPETÊNCIA RESIDUAL)***

**O MUNICÍPIO É ENTE FEDERADO (como a União, Estados e DF) E POSSUI COMPETÊNCIAS PRÓPRIAS?**

**COMO FOI INSTITUÍDA A COMPETÊNCIA MUNICIPAL NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL?**

**PRIMEIRAMENTE NECESSÁRIO SABER:**

**O QUE É MUNICÍPIO?**



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

Considera-se **MUNICÍPIO** a circunscrição territorial e administrativa em que é dividido um Estado, Distrito ou região; é dotado de autonomia administrativa, e se constitui de certos órgãos políticos e administrativos.



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

**COMO SE CRIA UM MUNICÍPIO?**



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

Art. 18. § 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por **lei estadual**, dentro do período determinado por **Lei Complementar Federal**, e dependerão de **consulta prévia**, mediante **plebiscito**, às **populações dos Municípios envolvidos**, após divulgação dos **Estudos de Viabilidade Municipal**, apresentados e publicados na forma da lei.



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

**MUNICÍPIO É ENTE FEDERADO** segundo o art. 18, caput, da CF.

*Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os **Municípios**, todos autônomos, nos termos desta Constituição.*



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

## O MUNICÍPIO sempre foi considerado ente federado nas Constituições Federais?



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

**Não.** Somente com o advento da **Constituição Federal de 1988** que os Municípios se tornaram entes federados, adquirindo autonomia. Até então eles eram considerados Subunidades, muitos, inclusive, sem condições de sobrevivência.





Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

Portanto, **não havia PODER LEGISLATIVO** conferido aos Municípios até a Constituição Federal de 1988, ou seja, não havia a prerrogativa de confeccionar Leis Municipais e Leis Orgânicas.



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

**EM TODOS OS PAÍSES DO MUNDO OS  
MUNICÍPIOS TÊM AUTONOMIA PARA  
LEGISLAR COMO NO BRASIL A PARTIR DA  
CF/88?**

Não.

O modelo de **três entes federativos, autônomos politicamente e dotados de capacidade legislativa**, como adotado no Brasil, constitui-se como uma **peculiaridade dentre os modelos de federação existentes no mundo.**

Em outras federações do mundo, como na **Alemanha**, o Município possui um **caráter estritamente administrativo** e atua como uma **subdivisão administrativa do Estado**, ou seja, o **Município não possui a autonomia para criar leis**, cabendo essa atividade aos Estados que detêm, juntamente com a União, o poder de legislar.

Enfim, o ente municipal alemão recebe obrigações determinadas por leis estaduais e federais.

# AUTONOMIA MUNICIPAL



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

A Constituição Federal de 1988 fortaleceu os Municípios, considerando-os componentes da estrutura federativa (art. 18). Portanto, o Município foi elevado à categoria de entidade autônoma, ou seja, dotada de auto-organização, autogoverno, autolegislação, autoadministração.

## A autonomia municipal assenta-se em quatro capacidades:



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

- capacidade de **auto-organização**, mediante elaboração de **lei orgânica**, uma espécie de constituição municipal (art. 29);
- capacidade de **autogoverno**, pela eletividade do Prefeito e dos Vereadores;
- capacidade normativa, mediante a competência de elaboração de **leis municipais**, dentro da sua competência exclusiva e suplementar;
- capacidade de **autoadministração**, para manter e prestar os **serviços de interesse local**.

# CAPACIDADE NORMATIVA



Os Municípios se regem pelas **Leis Orgânicas** Municipais, votadas em 2 turnos, com o interstício mínimo de 10 dias, e aprovadas por 2/3 dos membros da Câmara Municipal que a promulgará. É essa lei que, observando as peculiaridades locais e as demais competências legislativas, **disciplinará a competência legislativa do Município.**



## ***O QUE É COMPETÊNCIA LEGISLATIVA?***

Como a terminologia indica, trata -se de competências, constitucionalmente definidas, para **elaborar leis.**

# COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL MUNICIPAL: LEI ORGÂNICA



Art. 29, *caput*, da CF - capacidade de auto-organização dos Municípios, através de **lei orgânica**.

**Art. 29** - O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos: (...)



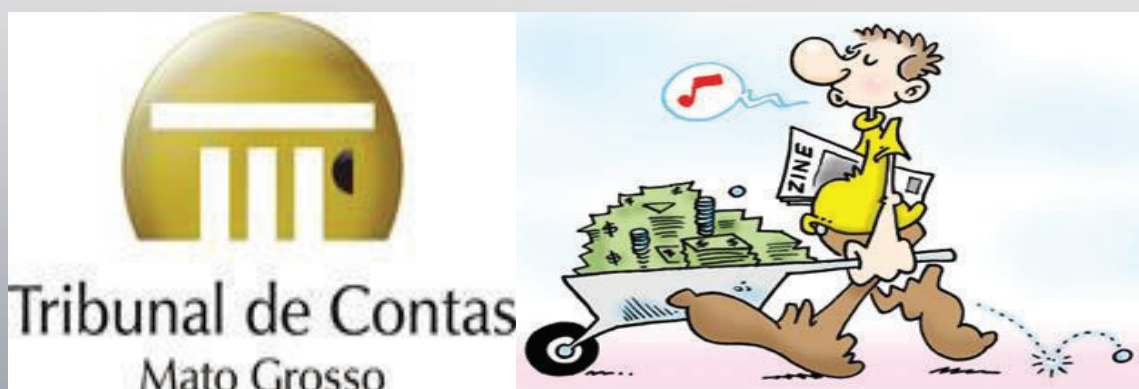
## ***O que é lei orgânica?***

Lei Orgânica é uma espécie de Constituição Municipal, criada com regras de comportamento para a população da cidade. A Lei Orgânica **não pode contrariar as constituições Federal e Estadual e nem as leis federais e municipais.**

## LEI ORGÂNICA:

Antigamente, havia uma só constituição para todos os municípios, mas, atualmente, cada município, de acordo com suas necessidade e peculiaridades, tem autonomia para criar a sua própria Lei Orgânica. O **PREFEITO** é quem se encarrega de fazer cumprir a Lei Orgânica, sempre **observada e fiscalizada pela Câmara de Vereadores.**

No Estado de Mato Grosso são **141 Municípios**, sendo que todos possuem Leis Orgânicas e **prestam contas ao TCE/MT.**



## COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL MUNICIPAL:

**Art. 30** - *Compete aos Municípios:*

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;*
- II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;*
- (...)*



## **Art. 30, CF/88:**

**I- legislar sobre assuntos de interesse local;**



***O que é interesse local?***



***“aquele ligado de forma direta e imediata à sociedade municipal e cujo atendimento não pode ficar na dependência de autoridades distantes do grupo que não viveu problemas locais.”*** (Ferrari, Regina Maria Macedo Nery, O controle de constitucionalidade das leis municipais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001, p.59)

## EXEMPLIFICANDO “*INTERESSE LOCAL*”:

→ Legislar sobre a questão sucessória dos cargos de prefeito e vice, em caso de dupla vacância (*ADI 3549-5, DJ 31.10.2007, rel. Min. Cármen Lúcia*);

→ Legislar sobre a instalação, em favor dos usuários, de **equipamentos de segurança nos bancos**, como **portas eletrônicas e câmeras filmadoras**, além de equipamentos de conforto, como **instalações sanitárias, cadeiras de espera, colocação de bebedouro, tempo de espera em fila para atendimento ao público** (*AgRg 347717-0, rel. Min. Celso de Mello, DJ 05.08.05; AgRg 491420-2, rel. Min. Cezar Peluso, DJ 24.4.2006; RE 397094-1, DJ 28.8.2006, rel. Min. Sepúlveda Pertence*).



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

→ Concessão do direito à “**meia-passagem**” aos estudantes nos **transportes coletivos municipais**. (ADI 845, Rel. Min. Eros Grau, j. 22.11.2007, Plenário, DJE de 07.03.2008);



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

→ Lei municipal legislando sobre **horário de funcionamento de comércio local**, exceto instituições financeiras. S. 645/STF: “é competente o município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial”



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

→ Limite de tempo de **espera em fila** dos usuários dos serviços prestados pelos cartórios localizados no seu respectivo território (*RE 397.094/DF, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, 29.08.2006*);

## COMPETÊNCIA SUPLEMENTAR MUNICIPAL:



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

***Art. 30, CF/88:***

***II - complementar a legislação federal e a estadual no que couber;***

## COMPETÊNCIA SUPLEMENTAR MUNICIPAL:



Estabelece competir aos Municípios complementar a legislação federal e a estadual no que couber. “**No que couber**” norteia a atuação municipal, balizando -a dentro do **interesse local**.

## COMPETÊNCIA SUPLEMENTAR MUNICIPAL:



Observar ainda que tal competência se aplica, também, às matérias do art. 24 (*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*), **suplementando as normas gerais e específicas**, juntamente com outras que digam respeito ao peculiar interesse daquela localidade.



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

## **ALÉM DAS COMPETÊNCIAS ELENCADAS NO ART. 30 DA CF, EXISTEM OUTRAS COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS MUNICIPAIS ESTABELECIDAS PELA CONSTITUIÇÃO?**



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

**Sim.**

- **COMPETÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR;**
- **COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA.**

# COMPETÊNCIA LEGISLATIVA MUNICIPAL: PLANO DIRETOR:



**CF**: Art. 182. *A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.*

§ 1º - O **plano diretor**, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

**CE**: Art. 307.



***Os municípios com menos de 20 mil habitantes também podem promulgar lei que trate de ocupação do território?***



**SIM.**

## **Constituição Estadual de Mato Grosso:**

**Art. 308** *As áreas urbanas com população inferior a vinte mil habitantes elaborarão, com a participação das comunidades, diretrizes gerais de ocupação do território que garantam, através de **lei**, as funções sociais da cidade e da propriedade, definindo áreas preferenciais de urbanização, regras de uso e ocupação do solo, estrutura e perímetro urbano.*

**OS MUNICÍPIOS TÊM COMPETÊNCIA  
LEGISLATIVA TRIBUTÁRIA EXPRESSA NA  
CONSTITUIÇÃO FEDERAL?**

Primeiramente devemos saber o que é  
**COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA:**

**É a atribuição, pela Constituição Federal, do poder de legislar para criar tributos, aos entes federados (União, Estados e Municípios).**

Sim, os Municípios têm  
**Competência Tributária Expressa.**  
**Vejamos:**

### **Constituição Federal:**

*Art. 30. Compete aos Municípios:*

*III - **instituir** e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;*



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

*Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os **Municípios** poderão instituir os seguintes tributos:*

*I - **impostos**;*

*II - **taxas**, em razão do exercício do **poder de polícia** ou pela utilização, efetiva ou potencial, de **serviços públicos** específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;*

*III - **contribuição de melhoria**, decorrente de obras públicas.*



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

## **INSTITUIR CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS SERVIDORES:**

*Art. 149. (...)*

*§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os **Municípios** instituirão contribuição, cobrada de seus **servidores**, para o custeio, em benefício destes, do **regime previdenciário** de que trata o art. 40, cuja alíquota não será inferior à da contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União.*



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

## **INSTITUIR CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA:**

*Art. 149-A Os **Municípios** e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública, observado o disposto no art. 150, I e III.*

*Parágrafo único. É facultada a cobrança da contribuição a que se refere o caput, na fatura de consumo de energia elétrica.*



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

## **QUAIS IMPOSTOS FORAM AUTORIZADOS AOS MUNICÍPIOS INSTITUIREM EM DECORRÊNCIA DO ART. 145, I, DA CF?**

*Art. 156. Compete aos Municípios **instituir impostos** sobre:*

*I - propriedade predial e territorial urbana; (IPTU)*

*II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; (ITBI)*

*III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar. (ISS)*

**DE QUEM É A INICIATIVA DE LEIS  
TRIBUTÁRIAS QUE CRIAM OU AUMENTAM OS  
TRIBUTOS?**



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

A iniciativa de leis tributárias que criam ou aumentam tributos é, pois, **ampla**, cabendo a qualquer membro do **Legislativo**, ao Chefe do Executivo, aos cidadãos, etc. (ROQUE ANTÔNIO CARRAZZA, "Curso de Direito Tributário", modificou seu entendimento, como se vê a p. 301/303, da 21ª edição, editada em 2.005)



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

**LEIS TRIBUTÁRIAS BENÉFICAS, OU SEJA, AS QUE ACARRETAM DIMINUIÇÃO DA RECEITA (concedem isenção, que parcelam débitos fiscais, que aumentam prazos para o normal recolhimento de tributos, por exemplo), TAMBÉM TÊM INICIATIVA AMPLA?**



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

Não. Neste caso, como se trata de norma que acarreta em diminuição da arrecadação, ou seja, matéria sobre **finança pública**, conforme preceitua o art. 165 e 166 da CF, cabe apenas ao **Chefe do Poder Executivo** legislar sobre o tema, não mais ao Poder Legislativo.

Vejamos que só o Executivo tem condições de avaliar a repercussão financeira de "isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia".



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

## ***COMO É FEITO O CONTROLE DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA MUNICIPAL?***





Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

No âmbito do Poder Legislativo a modalidade de controle que mais nos interessa é o **CONTROLE PREVENTIVO**, ou seja, realizado antes da promulgação da lei, ainda na Câmara. Ele ocorre durante o processo de elaboração do ato normativo para prevenir eventual lesão à Constituição. O Principal órgão responsável pelo controle preventivo nas Câmaras municipais é a **Comissão de Constituição e Justiça**, além do **Plenário**.



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

Em relação ao **CONTROLE REPRESSIVO**, ou seja, após a promulgação da lei municipal, temos como o mais importante o **Controle realizado pelo Judiciário**, em especial aquele feito por intermédio das **Ações Diretas de Inconstitucionalidade**.

## ***Quais tipos de vício de constitucionalidade podem ocorrer na lei proveniente da Câmara Municipal?***

**Temos dois tipos de vícios de inconstitucionalidade:**

**FORMAL** - ocorre quando a norma constitucional violada está relacionada ao **processo legislativo constitucional**. Ex.: usurpação da competência legislativa do Chefe do Poder Executivo Municipal pela Câmara que inicia projeto de lei que não é da sua competência segundo a CE. (ADI, 87605/2009, DES.RUI RAMOS RIBEIRO, Julgamento 11/11/2010)



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

**MATERIAL** - ocorre quando há violação ao conteúdo de uma **norma constitucional (direitos e deveres)**. Ex.: impor ao Poder Executivo Municipal a obrigação de regulamentar o programa de saúde no prazo de 60 (sessenta) dias, ou seja, tratou de conteúdo normativo alheio às atribuições do Poder Legislativo, ferindo a Separação dos poderes. (20031 MS, Rel. Des. Rubens Bergonzi Bossay, Julgamento: 11/04/2012)



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

***Caso a lei municipal não seja aprovada pela CCJ ou seja declarada inconstitucional, pode ser reproposta pelos membros da Câmara?***

Em se tratando de **vício formal** passível de retificação, pode repropor o projeto de lei municipal uma vez corrigido o erro formal. Obs.: usurpação de competência legislativa do Prefeito pela Câmara não pode ser retificada.

No caso do **vício material**, deve analisar se aquela norma constitucional que quer legislar sobre ela comporta lei municipal, após deve, não apenas retificar a lei anterior, mas criar uma nova lei adequada à competência municipal para legislar sobre aquele tema.

## **QUESTIONAMENTOS INTERESSANTES AOS PARTICIPANTES:**



**Pode o Estado legislar no âmbito da Constituição Estadual a ordem de vocação das autoridades municipais, quando configuradas situações de vacância ou impedimento na chefia do Poder Executivo municipal?**



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

Não. Trata-se de afronta ao poder de auto-organização e de autogoverno municipal; caracteriza-se **interesse local**.



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

**É constitucional lei municipal que estabeleça normas locais sobre serviços postais?**

Não. Trata-se de competência legislativa da União legislar sobre **serviços postais** no território nacional. Art. 22, V, da CF.

**Pode o Município legislar sobre anistia ou cancelamento de infrações disciplinares de servidores municipais?**





Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

Sim, pois trata-se de **matéria de interesse local** (infrações administrativas de servidores locais).



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

**Pode o Município legislar concedendo anistia a crimes (*abolitio criminis*)?**



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

Não. Neste caso não se trata de interesse local, mas de **competência legislativa da União** para legislar sobre matéria de **direito penal** (art. 22, I, da CF).



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

**Pode o Município legislar exigindo que supermercados, hipermercados, atacadistas, tenham um funcionário empacotador junto ao caixa, e forneça sacolas plásticas aos clientes?**



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

Não. Trata-se de matéria relativa a **direito de consumo e de trabalho** afeta à **competência da União** e, concorrentemente, do Estado, se o caso. **Município não tem interesse local para legislar sobre o assunto.**

(763354620128260000 SP, Rel. Cauduro Padin, Data de Julgamento: 12/12/2012)



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

**Pode lei municipal proibir a instalação de lombadas eletrônicas e pardais, bem como determinar a desinstalação dos existentes?**



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

Não. É competência exclusiva da União legislar sobre **trânsito** (art. 21, XI, da CF).



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

**Pode lei municipal autorizar parcelamento de multa de trânsito, isenção ou pagamento sem incidência de juros?**

Não. Trata-se de ofensa à competência privativa da União para legislar sobre **trânsito e transporte** (art. 22, XI, da Constituição). (3196 ES , Rel. Min. GILMAR MENDES, Data de Julgamento: 21/08/2008)

Sabemos que uma das **principais dificuldades que o parlamentar brasileiro** enfrenta no exercício de seu mandato eletivo é a questão da **competência para legislar**.

De forma especial nas Câmaras, em que a divisão de competências assume contorno mais específico, e o vereador constantemente se deparam com impedimentos constitucionais do exercício de legislar.



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

Esperamos que o **Ministério Público de Contas** tenha auxiliado no esclarecimentos de pontos relevantes sobre o tema: Competências Legislativas Constitucionais da Câmara Municipal.



Ministério Público  
de Contas  
Mato Grosso

**Obrigado!**

**Getúlio Velasco Moreira Filho**  
**Procurador Geral Substituto de Contas**

*[gvmfilho@tce.mt.gov.br](mailto:gvmfilho@tce.mt.gov.br)*



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

INSTRUMENTO DE CIDADANIA